

**A cor da psicologia:
um estudo sobre o Estado da Arte da psicologia sobre branquitude**

*The color of psychology:
a study on the state of the art of psychology on whiteness*

*El color de la psicología:
un estudio sobre el estado del arte de la psicología sobre la blanquitud*

Márcia Ribeiro Ramos¹
Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca

Liandra Lima Carvalho²
Universidade do Grande Rio

Resumo: O presente trabalho surgiu a partir das indagações realizadas pelas autoras acerca do posicionamento da psicologia brasileira frente ao combate ao racismo. A metodologia utilizada foi o Estado da Arte, que se propõe a um caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica da Psicologia sobre Branquitude no Brasil, de dissertações e teses presentes nos bancos de dados da Capes, da BDTD, do Domínio Público e do Google Acadêmico no período de 2003 a 2018. Conclui que a psicologia brasileira continua perpetuando o racismo, por meio de uma formação hegemônica, baseada em um modelo único de ser humano.

Palavras-chave: Psicologia brasileira. Racismo. Estado da Arte. Branquitude.

Abstract: The present paper arose from inquiries made by the authors about the position of Brazilian psychology in the fight against racism. The methodology used was the State of the Art, which proposes an inventory and descriptive character of the academic and scientific production of Psychology on Whiteness in Brazil, of dissertations and theses presented in the Capes, BDTD, Public Domain and Google Scholar databases in the period from 2003 to 2018. Concluding that Brazilian psychology continues to perpetuate the racism, through a hegemonic formation, based on a unique model of human being.

Keywords: Brazilian psychology. Racism. State of the Art. Whiteness.

Resumen: El presente artículo científico surge de las indagaciones realizadas por las autoras sobre la posición de la psicología brasileña en la lucha contra el racismo. La metodología utilizada fue el Estado del Arte, que propone un inventario de carácter descriptivo de la producción académica y científica de la Psicología de la Blanquitud en Brasil, de disertaciones y tesis presentadas en las bases de datos Capes, BDTD, Public Domain y Google Scholar en el periodo de 2003 a 2018. Concluyendo que la psicología brasileña

¹ Mestre em Relações Étnicorraciais. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: marciarte@yahoo.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4648741626508502>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2114-5263>.

² Pós Doutora em Humanidades, Culturas e Artes. Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: liandralimacarvalho@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4322820921336234>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8840-9086>.

continúa perpetuando el racismo, através de uma formação hegemónica, basada en un modelo único de ser humano.

Palabras clave: Psicologia brasileira. Racismo. Estado del Arte. Blanquitud.

Recebido em: 19 de dezembro de 2021

Aceito em: 29 de janeiro de 2022

Introdução

Racismo e Branquitude: Uma dupla típica e historicamente brasileira

O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano e o segundo país no mundo com a maior quantidade de negros, só perdendo para a Nigéria, país mais populoso do continente (MARQUESE, 2006). Estima-se, que, em 1500, o país possuía uma população indígena de cerca de 5 milhões de habitantes, que hoje reduziu-se a cerca de 900 mil, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando menos de 0,5% da população. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, 56,2% é o percentual de pessoas que se declaram negras no Brasil. Dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se declaram pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos.

Dos cerca de 10,7 milhões de africanos escravizados em todo o mundo, 5,8 milhões de africanos foram traficados para o Brasil, em barcos com a bandeira de Portugal, só perdendo para o Reino Unido, com 3,3 milhões. Calcula-se que 20% morria durante a travessia de cerca de 35 dias (MARQUESE, 2006).

A expansão marítima e comercial europeia realizou a triangulação entre Europa, África e América, por meio do sistema colonial do século XVI ao XIX. A história da humanidade foi marcada pela busca do enriquecimento dos Europeus, tendo sido os portugueses os pioneiros a controlarem africanos e americanos. O Brasil foi o último no mundo a abolir a escravidão legalmente em 1888 e o primeiro a ter um movimento eugenista organizado.

Cerca de 400 anos de colonização no Brasil alteraram drasticamente o perfil populacional, o índice demográfico e a condição de vida dos povos originários, tradicionais e escravizados. O país permanece com uma política de exclusão e extermínio pós-abolição, deixando os afrodescendentes entregues à própria sorte, sem políticas públicas de inclusão ou reparação histórica (BERNARDINO, 2002).

No início do século XIX surgiu a teoria da eugenia, uma tentativa de branqueamento da população por meio ao incentivo governamental a imigração de brancos, principalmente europeus, visando a redução das populações racializadas pela política do “assimilacionismo”, embranquecendo interracialmente ou incorporando a cultura branca hegemônica (GOES, 2015).

Na década de 1930 prevaleceu a exaltação da mestiçagem e do mito da democracia racial, enquanto nos anos 1950, com o projeto UNESCO, desvelou-se o racismo brasileiro e questionou-se o mito da democracia racial sem, contudo, apontar a identidade racial do branco, bem como seus privilégios materiais e simbólicos (DOMINGUES, 2008).

A Psicologia no Brasil, como saber hegemônico, reflete e reproduz a ideologia do branqueamento, privilegiando os saberes e epistemologias anglo-americanos em detrimento das epistemologias nacionais, pindorâmicas.

Corroborando com Schucman, “O racismo particular do brasileiro é a ideologia do branqueamento marcado por uma sociedade hierárquica de desigualdades sociais e racistas no que diz respeito aos negros e aos índios” (2012, p. 12).

A dissertação questiona: Como as psicólogas³ brasileiras trabalham a racialização do branco brasileiro em suas pesquisas acadêmicas? O recorte foi a análise de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* em psicologia, defendidas por psicólogas brasileiras no Brasil sobre branquitude, de 2003 a 2018, visto que em 2003 foi promulgada a Lei 10.639/2003⁴, que incluiu no currículo oficial das redes de ensino fundamental e médio, públicas e particulares, a obrigatoriedade da temática de História e Cultura Afro-Brasileira, História da África e dos Africanos.

Avaliamos tal como Schucman que,

Apesar das preocupações e da luta contra a discriminação racial serem fundamentais para uma sociedade mais justa e humana, a psicologia pouco se debruçou sobre a questão das relações raciais no Brasil. Nas grades curriculares das faculdades de psicologia brasileiras raramente encontramos qualquer menção ao tema da raça e do racismo nas disciplinas obrigatórias. A formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de uma humanidade universal e de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados. Assim como as categorias de classe e gênero são fundamentais na constituição do psiquismo humano, a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade (2012, p. 15).

³ Como a maioria das profissionais de psicologia são mulheres, e por trabalhar com a questão de gênero, optei por me referir a essas profissionais no feminino. Segundo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013) as mulheres representam 89% do contingente profissional. É possível também complementar essa informação com os dados do ENADE de 2012 em que 83,4% das estudantes são do sexo feminino. (INEP, 2012).

⁴ Legislação que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Portanto, pensar relações étnico-raciais em psicologia é compreender que as diferenças constitutivas das subjetividades humanas perpassam interseccionalidades de gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, geração, etc. Uma sociedade mais justa requer um olhar diferenciado para a questão racial, como cerne da estruturação da sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito a ideia da psicologia da humanidade como universal e de um psiquismo humano igual para todos, especialmente no que tange ao privilégio branco.

Para tal, a definição de branquitude adotada foi a de Cardoso e Muller: “resultado da relação colonial, que legou determinada configuração à subjetividade e orientou lugares sociais para brancos e não brancos” (2017, p. 23). Este conceito é importante porque relaciona as práticas racistas com a questão colonial, ou seja, como categoria histórica, não dissociada dos demais construtos raciais. Para abordarmos as características específicas do racismo à brasileira e, conseqüentemente, da branquitude brasileira é essencial pensarmos nas variáveis étnico-raciais que construíram a nossa sociedade.

Espinha (2017), em sua tese de doutorado, analisou os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em psicologia do país, concluiu que ao longo das décadas pouco mudou sobre essa realidade. Observou que a maior parte dos cursos eram desenvolvidos com base em currículos generalistas e de cunho hegemônico para a prática de uma psicologia clínica tradicional, individual e psicanalítica, cujo sujeito naturalizado se apresenta fora do contexto histórico e social.

A naturalização das desigualdades raciais tende a ser mantida no curso de Psicologia e o espaço educativo, apesar de se configurar como um lugar privilegiado para discussões, revela suas contradições quando se alia ao sistema de produção. Isso viabiliza a formação de técnicas que se preocupam em tratar indivíduos desajustados. Há a prevalência de um modelo de homem e de pensamento (individualista, advindo da própria clínica tradicional) naturalizado no âmbito da Psicologia, que não permite a compreensão e o enfrentamento de problemáticas que ocorrem no âmbito social como é o caso do racismo. A Psicologia, durante muito tempo, portanto, eximiu-se de discutir questões ligadas às tensões das relações raciais existentes no Brasil e optou pela neutralidade em relação a esse assunto (2017, p. 21).

Espinha (2017), como Schucman, afirma que na psicologia permanece “A ideia da compreensão de um sujeito descolado de seu contexto histórico e social, pois acredita-se que suas mazelas se restrinjam à esfera psicológica, e que o psicológico se restringe ao individual e ao familiar” (2012, p. 21). Demonstrando que das influências clássicas do início da psicologia à formação psicológica brasileira, de Lia Schucman (2012) a Tatiana Espinha (2017), pouco mudou.

Nogueira contribuiu para esse debate salientando que “As patologias psicológicas decorrentes de um mundo branco produzido como único e verdadeiro acabam por impor transtornos de outra ordem às pessoas negras” (2020, p. 10). O autor destaca o racismo epidérmico nomeado por Fanon, onde o fator individual psicanalítico não é suficiente para explicar o trauma negro, mas sim a perspectiva sociogênica⁵.

Esse trauma colonial se reatualiza constantemente produzindo subjetividades. A Psicologia, pelo viés sociogênico, permite vislumbrar a perspectiva sócio-histórica das produções das subjetividades, ao invés de enxergá-la com uma subjetividade única e verdadeira.

A branquitude serve a essa naturalização do ser humano como único, universal e perene, condizente com a teoria darwiniana social que propõe tratar os desajustados, ou reféns da seleção natural das espécies “mais aptas”. De acordo com Nogueira “A toxidade da colonização é uma política enraizada no psiquismo” (2020, p. 19), portanto a violência colonial ultrapassa as barreiras econômicas e sociais para entranhar as subjetividades dos colonizados.

A teoria da seleção natural das espécies, aplicada à natureza, foi criada por Charles Darwin, naturalista, biólogo e geólogo britânico, e serviu de inspiração para outros autores formularem as teorias eugênicas e o Darwinismo Social em humanos. Fundamento da teoria eugênica no fim do século XIX⁶ (GOES, 2015).

Em 1931, foi fundada, no Brasil, a Frente Negra Brasileira (FNB) um movimento negro reconhecido como partido político em 1936, vigendo até o golpe de 1937, quando todos os partidos políticos foram extintos. O Estado Novo integralista, sem eleição, vigorou até 1945, sendo considerado o prenúncio do golpe militar de 1964. Com a ascensão do Estado Novo, todas as organizações políticas foram colocadas na ilegalidade: tanto os grupos com inspiração nazistas quanto a Frente Negra Brasileira. O partido

⁵ Segundo a perspectiva sociogênica, o racismo integra um complexo sócio-histórico que está na base da formação da subjetividade, no núcleo da cisão colônia que determina quem está fora e quem está dentro. A colonização divide o mundo em duas partes: em uma, vive o colonizador, a régua, o cânone, a imagem da humanidade, o branco, em outro, o inverso, o negativo” (NOGUEIRA, 2020, p. 17).

⁶ Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), uma guerra centrada na Europa, mas que envolveu grandes potências de todo o mundo, a política de migração de brancos europeus para o Brasil foi facilmente incentivada. A crise do pós-guerra na Europa, juntou-se à política eugenista e ao fato do Brasil possuir vastas terras a serem ocupadas e culminou, nas décadas de 1920 e 1930, com a vinda de milhares de alemães que imigraram para o Brasil. O nacionalismo emergente na Alemanha de Hitler, por meio da Organização do Partido Nazista no Exterior, organizou uma série de instalações internacionais a fim de propagandear os ideais nazifascistas pelo globo, propiciando a formação dos primeiros grupos nazistas no Brasil. (GOES, 2015). A comunidade alemã no Brasil possuía vários membros da Seção Brasileira do Partido Nazista da Alemanha, constituindo a segunda maior célula de adeptos fora da Alemanha e caracterizava-se pela disseminação de propagandas políticas e a influência direta do Partido Nazista Alemão. De 1928 a 1938 essa organização funcionou no Brasil, mas seu período de influência foi maior, de 1920 a 1945, coincidindo com o fim da Segunda Guerra. As décadas de 1930/40 no Brasil foram marcadas pela Era Vargas, golpe político ocorrido em 1937 e, que culminou com a ditadura do Estado Novo (1937 a 1945). (GOES, 2015). Torna-se importante ressaltar que a década de 1940, marca a disseminação da teoria eugênica, na Alemanha e no mundo, por meio do nazismo, período também da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a aplicação do nazismo marcou a tentativa do extermínio de vários povos, principalmente o povo judeu, nos campos de concentração do holocausto.

político Frente Negra Brasileira foi declarado ilegal, sobrevivendo sob o nome União Negra Brasileira até maio de 1938, quando foi fechado por Getúlio Vargas, durante a Era Vargas ou Estado Novo (DOMINGUES, 2008).

Até a abolição da escravidão, a formação de quilombos era considerada crime; após a abolição da escravatura as expressões culturais afro-brasileiras como religiões de matriz africanas, capoeira, samba, etc, foram criminalizadas e a partir da década de 1930, no Estado Novo, foram permitidas apenas em ambientes fechados (SILVEIRA et al., 2017).

Gilberto Freyre positivou a mestiçagem, romantizando-a, nos anos 1930, por meio da sua versão da formação da sociedade brasileira, no clássico mundialmente conhecido *Casa Grande e Senzala*, de 1933 (MENEZES, 2000).

Durante o período republicano entre 1945 a 1963, houve uma abertura maior, contudo, em 1964, com o golpe militar de Estado, as liberdades foram duramente reprimidas novamente. Após vinte anos iniciamos um novo período de redemocratização novamente, com a inserção do crime de racismo na constituição federal de 1988, considerada uma ação afirmativa repressiva⁷, contudo, até a inserção da questão racial pelo Estado só ocorreu na década de 1990 (GOES, 2015).

Os fatos históricos reverberam até hoje, atualizando o racismo com a herança do trabalho escravo nos subalternizados e a mentalidade escravocrata na elite branca brasileira. O Brasil é o país com o maior número de empregadas domésticas no mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2017, eram 6 milhões e 400 mil, que só tiveram seus direitos trabalhistas reconhecidos a partir de 2015, conforme Lei nº 150, de 1º de junho de 2015⁸.

O período escravocrata no Brasil também deixou como marcas a dificuldade de acesso a bens e serviços, obstáculos para o exercício da cidadania a grande parte da população: a taxa de analfabetismo é maior dentre a população negra, como também o índice de desemprego; tal população também possui a renda mais baixa em comparação a população

⁷ As pesquisadoras Luciana de Barros Jaccoud e Nathalie Beghin (2002), descrevem pelos menos três tipos de políticas ou ações de combate ao racismo e às desigualdades raciais no Brasil: a) ações repressivas; b) ações valorizativas; e c) ações afirmativas. As ações afirmativas e as políticas repressivas são entendidas como aquelas que se orientam contra comportamento e conduta. As políticas repressivas visam combater o ato discriminatório (proibição e punição) – a discriminação direta usando a legislação criminal existente. As ações afirmativas procuram combater não ao ato discriminatório, mas a discriminação indireta, ou seja, o resultado da discriminação ou o processo de exclusão social de grupos raciais. São medidas temporárias, que dispensam tratamento diferenciado e favorável aos grupos discriminados que garantam acesso, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social, visando reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. Já as ações valorizativas possuem caráter permanente e difuso, atingindo toda a população, visando combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo. Tais ações têm como objetivo reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e a contribuição histórica e contemporânea da comunidade negra para a formação nacional.

⁸ O GLOBO, 2013 e SILVA et. all., 2017.

não-negra⁹. Os dados acima demonstram a necessidade e a relevância do estudo das relações étnico-raciais para a compreensão das desigualdades raciais no país. Especialmente o estudo do conceito de branquitude, como forma de poder e gestão nacional das elites brancas, intelectuais e econômicas. Mais especificamente do conceito de branquitude na área de psicologia, como formadora e reprodutora das identidades e subjetividades nacionais.

A psicologia brasileira, como saber produtor e reprodutor de subjetividades hegemônicas, possui uma função social na construção racial do país: qual a contribuição da psicologia brasileira no combate às desigualdades raciais e na luta antirracista?

A branquitude, como lugar de privilégios materiais e simbólicos, permite compreender o desejo compartilhado por todos aqueles considerados o “modelo de ser humano” e se aproximar o máximo possível da identidade fenotípica e cultural branca. No caso dos brasileiros, como povo latino e miscigenado, torna-se difícil o seu reconhecimento no mundo atual, referindo-se a um passado de ancestralidade europeia para justificar a sua origem branca. A maturidade psicológica requer a transformação da visão pejorativa do brasileiro como povo racializado. Esse posicionamento, para o negro, se iniciou com o conceito de negritude.

A pergunta é acerca da investigação sobre como a produção científica da psicologia vem tratando a questão racial no Brasil, no que diz respeito ao conceito de branquitude, apontando a importância de combate ao racismo por meio de práticas profissionais e pessoais antirracistas. Liv Sovick (2009) lembra que, embora o mito da democracia racial esteja teoricamente desmascarado, a ideia de mestiçagem, como base de uma convivência nacional pacífica, não foi substituída por outra que leve em conta as hierarquias raciais. As marcas das hierarquias raciais brasileiras precisam ser desveladas e dissecadas para que possamos contribuir com a redução das desigualdades raciais cotidianas. O conceito de branquitude vem coroar tal premência e mudar o panorama da pesquisa étnico-racial no Brasil a partir dos anos 1990, quando Edith Piza e Fúlvia Rosemberg inauguram uma nova concepção de estudos raciais.

O Estado da Arte e Análise de Conteúdo

A metodologia do Estado da Arte ou Estado do Conhecimento é definida como o nível mais elevado no qual se encontra o conhecimento científico em determinado período. Ela promove a visão do todo em um determinado recorte temporal, por meio da compilação das produções em um delimitado campo de saber, proporcionando um olhar geral sobre o tema escolhido e dimensionando-o temporalmente. Esta abordagem pode ser considerada

⁹ Fonte: IBGE e A Folha de São Paulo.

uma metodologia de pesquisa multimétodos porque proporciona uma avaliação qualitativa de um material quantitativamente gerado.

Ordenar cronologicamente um conjunto de informações, bem como os resultados de pesquisas já realizadas, proporciona não só um olhar histórico que dimensiona o que já foi trilhado, como permite verificar os avanços alcançados, bem como o que já foi superado em determinado campo de pesquisa, facilitando o trabalho aos futuros pesquisadores. Conforme Ferreira discorre:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o que já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (2002, p. 259).

O estudo do Estado da Arte, além de divulgar os trabalhos acadêmicos, visa democratizar o acesso a eles. A compilação dos trabalhos em determinada época promove o enfoque nas principais emergências e lacunas. A academia é prestadora de serviços e produtora de conhecimento aplicável, que visa contribuir na transformação social. As conquistas tecnológicas, epistemológicas e metodológicas propiciaram grandes mudanças na forma de pesquisar, sobretudo na agilidade e acesso aos trabalhos de diferentes locais.

Sobre a importância do recorte temporal e do avanço do conhecimento científico, diz Haddad:

Os estudos de tipo Estado da Arte permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura. Mudanças no campo do conhecimento e alterações no âmbito da prática social, objeto de investigação acadêmico-científica, constituem imbricações que exigem, sistematicamente, balanços teóricos, de modo a reconstituir suas inflexões e abrir novas perspectivas para o avanço do conhecimento acadêmico-científico (2009, p. 1-2).

O Estado da Arte é uma metodologia que se propõe a um caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica. Com isso compreende-se que o método Estado da Arte deve ser usado com constância e regularidade, visando a permanente atualização dos dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos. O método consiste nas ferramentas usadas para a coleta de dados.

A pesquisa buscou o banco de teses e dissertações da Capes, IBDT, google acadêmico e domínio público. Em um primeiro momento encontramos trinta trabalhos

sobre branquitude à brasileira e nos espelhamos na pesquisa de Regis (2012), que cunhou trabalhos mais abrangentes, analisando-os quantitativamente e dissecou os mais específicos, lendo e analisando-os tanto quantitativa quanto qualitativamente. Os trabalhos foram detalhados quantitativamente em tabelas indicando os títulos, autoras, gênero, ano, titulação (dissertação ou tese), expressões ou palavras-chave, universidades de origem, categoria administrativa, orientadores, regiões e Estados. Enquanto os seis trabalhos encontrados em psicologia foram lidos na íntegra e analisados à luz dos estudos críticos da branquitude.

Vale ressaltar que cada pesquisa em Estado da Arte poderá focar um tema e cada interpretação é uma forma de análise de um dado levantamento. A compilação de um tema tanto orienta os leitores na pesquisa bibliográfica de produção de determinada área, quanto propicia saber quais pesquisadores/as que se destacam, autores/as mais citados e orientadores/as que mais trabalham o tema.

Tanto a originalidade quanto o ineditismo da pesquisa são importantes. Propiciar o acesso a um maior número de pesquisadores e de interessados da sociedade nos temas da branquitude e branquidade, como um primeiro contato, visa melhorar a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir. Pela história narrada percebemos as grandes diferenças em termos de organização e padronização dos trabalhos acadêmicos visando facilitar a vida dos/as pesquisadores/as.

O Estado da Arte visa compilar o lugar de consulta e de pesquisa e ressaltar as formas diferentes de utilização do mesmo conceito estudado pelas representações diferentes que cada autor/a realiza. Cada pesquisa possui uma versão para o mesmo tema e o/a pesquisador/a, por sua vez, apresentará a sua sobre o conjunto da obra. Não há possibilidade de neutralidade na pesquisa, pois ela é realizada de acordo com a forma de ver o mundo do/a pesquisador/a.

As pesquisas do tipo Estado da Arte representam um esforço de ordenação e quantificação de certa produção capaz de permitir a observação do crescimento, ampliação, redução, ausências e sua utilização para a construção de outras abordagens. Elas orientam que se considere no mapeamento os trabalhos que elencarem a temática no título, palavras-chave ou resumos (MULLER, 2014). Os dados quantitativos fornecem indicadores que podem ser comparados, além de garantir uma uniformidade de apresentação e análise dos dados coletados, por utilizar tabelas, percentuais e gráficos.

Como pesquisadores tentamos abarcar o número mais fidedigno possível junto ao universo pesquisado. Contudo, acreditamos que nenhum levantamento pode ser capaz de gerar dados que deem conta de um universo tão complexo quanto o campo do

conhecimento. Os dados de uma pesquisa devem representar o universo do recorte de forma significativa, mas nunca deve ter a pretensão de ser totalitária. Não há campo de conhecimento que possa ser abarcado de forma totalitária.

Quanto à forma de análise dos trabalhos acadêmicos compilados escolhemos a técnica de Análise de Conteúdo, da psicóloga Laurence Bardin. Berelson define Análise de Conteúdo como: “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.” (1984 apud BARDIN, 2011, p. 42)

Análise dos Trabalhos sobre Branquitude brasileira

A pesquisa que fundamenta esta dissertação se baseia em duas etapas: um levantamento dos trabalhos de mestrado e de doutorado, defendidos de 2003 a 2018 sobre branquitude brasileira e a seleção e análise dentre estes das produções científicas sobre a temática na psicologia. Expus abaixo os resultados oriundos das duas etapas.

Para o levantamento da produção científica sobre branquitude brasileira, inicialmente foi realizada uma busca pelas seguintes palavras-chave: *whiteness*, brancura/branco, branquitude e branquidade. Levantamos 30 produções científicas, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado. A partir desse levantamento realizamos uma análise das teses de doutorado e dissertações de mestrado de psicologia sobre branquitude defendidas de 2003 a 2018.

Tabela I - Produção científica da Psicologia sobre branquitude, de 2003 a 2018:

Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orientador(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves.	Masculino	Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos.	Antônio Marcos Chaves	Dissertação de Mestrado em Psicologia	2007	UFBA
SCHUCMAN, Lia Vainer.	Feminino	Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.	Leny Sato	Tese de Doutorado em Psicologia Social	2012	USP

BALAGUER, Gabriela	Feminino	Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros.	Maria Luisa Sandoval Schmidt	Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	2017	USP
MARCINIK, Georgia Grube.	Feminino	Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas.	Amana Rocha Mattos	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	2018	UERJ
ROSA, Priscilla Teodosio.	Feminino	Aspectos da branquitude e os atravessamentos da amabilidade artificial na mídia televisiva: o caso do RJ-móvel.	Talita Oliveira	Dissertação de Mestrado em Relações Étnico-raciais	2018	Cefet/RJ
CAPE-LASSO, Monica Salci.	Feminino	A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo.	Ângela Maria Pires Caniato	Dissertação de Mestrado em Psicologia	2018	UEM
HENRIQUES, Luciana Maciel.	Feminino	Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social.	Amana Rocha Mattos	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	2018	UERJ

Fonte: Dissertação Branquitude e Psicologia: O Estado da Arte e Relações Étnico-raciais (2003-2018), defendida no Programa de Relações Étnico-raciais - PPRER/CEFET-RJ (2021).

Das seis pesquisas, quatro são dissertações de mestrado; e duas são teses de doutorado. Considerando as datas de defesa, observamos que o tema aparece pela primeira vez em 2007; cinco anos após, em 2012, surge o segundo trabalho; após mais cinco anos é realizada a terceira pesquisa, em 2017; e em 2018 foram três pesquisas.

Desses seis trabalhos, cinco são de mulheres autodeclaradas brancas (SCHUCMAN; 2012; BALAGUER, 2017; CAPELASSO, 2018; HENRIQUES, 2018 e

MARCINIK, 2018) e um de homem autodeclarado negro (OLIVEIRA, 2007), o pioneiro no referido período. Oliveira afirma a psicologia como, predominantemente, uma área feminina e branca. De acordo com o Censo de Educação Superior, de 2017, o curso de psicologia está em sexto lugar dos 50 cursos mais frequentes, em número de mulheres e em 2º no número de não negros, correspondendo a mais de 75% de mulheres e aproximadamente 60% de brancos. Portanto, as marcas de raça e gênero constituem fatores importantes nas análises dos cursos de psicologia no Brasil.

Quanto à distribuição regional, os trabalhos se concentram entre as regiões sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo), sul (Paraná) e nordeste (Bahia). Como já visto, as regiões sudeste e sul são as pioneiras na concentração de cursos universitários no país e possuem as unidades da federação com a maior concentração de brancos, fator que pode favorecer o surgimento de conflitos raciais e, portanto, o seu desvelamento¹⁰.

Todas as pesquisas foram realizadas em universidades públicas: duas no Rio de Janeiro, na mesma instituição, UERJ (MARCINIK, 2018 e HENRIQUES, 2018); duas de São Paulo, também na mesma instituição, USP (SCHUCMAN, 2012 e BALAGUER, 2017), uma na Bahia, na UFBA (OLIVEIRA, 2007) e uma do Paraná, da UEM (CAPELASSO, 2018). Todas trabalham com o conceito de branquitude, consolidado pelo movimento negro e pela professora Cida Bento. (MARCINIK, 2018; HENRIQUES, 2018; SCHUCMAN, 2012; BALAGUER, 2017; OLIVEIRA, 2007 e CAPELASSO, 2018).

Também foi realizada uma análise das teses de doutorado e dissertações de mestrado em psicologia, a partir das palavras-chave disponibilizadas em seus resumos. Estas foram divididas em três blocos: o primeiro se refere às relações étnico-raciais, o segundo à psicologia e o terceiro à especificidade do trabalho. A palavra branquitude, precisava estar em todos os trabalhos, visto ter sido um dos critérios para a seleção deles. A segunda palavra mais recorrente foi racismo, nos trabalhos de Henriques, Balaguer, Schucman e Capelasso. Três trabalhos fizeram a dobradinha raça/racismo: Henriques, Schucman e Balaguer. Oliveira preferiu o termo discriminação racial, que não necessariamente trata apenas da questão dos negros e Marcinik racialização, um termo bem mais abrangente que, embora marque a criação da discriminação racial e do racismo, destaca os impactos subjetivos na marcação racial, tanto que a autora prefere o termo pessoas racializadas, do que negras. Em terceiro lugar apareceu a palavra raça em Schucman, Balaguer e Henriques e por último relações raciais em Henriques e Capelasso.

¹⁰ A USP foi a universidade onde surgiu a referência dos estudos críticos da branquitude no Brasil, como anteriormente sinalizado, inclusive por uma Psicóloga, Maria Aparecida Bento, que trabalha o tema étnico racial até hoje, no Centro de estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), em empresas. E a Bahia é considerado o Estado mais autodeclarado preto do Brasil, como já citado, fato este que também pode colocar mais atenção nos estudos das relações étnico-raciais.

No campo da psicologia o termo que mais aparece é psicologia social, em Henriques, Schucman, Oliveira e Marcinik, estando marcado como a área da psicologia que mais trabalha com o tema relações raciais e branquitude. A psicologia social foi pioneira na discussão da temática racial, principalmente no que tange à branquitude e as implicações do racismo para os brancos, e continua com esse protagonismo atualmente. A psicanálise, uma das teorias mais antigas e mais utilizadas na área de psicologia, aparece no trabalho de Capelasso, bem como o termo personalidade autoritária, um conceito de Theodor Adorno. Os termos processos de subjetivação, Marcinik e subjetividade, Oliveira, também são recorrentes no mundo da psicologia e a base de seus estudos. Oliveira trabalha com a representação social, teoria que Capelasso também utiliza, embora não coloque em destaque como palavra-chave.

Em termos da especificidade do trabalho, Marcinik aponta os feminismos e a interseccionalidade, conceitos base de sua dissertação sobre feminismo hegemônico e não hegemônico. Balaguer apresenta a cultura negra como seu tema, visto que é capoeirista angoleira e umbandista, colocando-se na pesquisa como pesquisadora “de dentro”, ou seja, que está implicada de forma pessoal nos temas que pesquisa. Além disso, faz questão de ressaltar que preferiu utilizar o termo cultura negra e não afro-brasileira, pois optou por trabalhar o negro brasileiro e não a diáspora.

Tanto Marcinik quanto Balaguer se aproximam dos movimentos sociais, a primeira das feministas e a segunda de capoeira angola e umbanda. Ambas como “pesquisadoras de dentro”, já que Marcinik é uma das entrevistadas em sua pesquisa e Balaguer é uma capoeirista e umbandista. Quatro das cinco pesquisas usaram a entrevista como ferramenta: duas entrevistando pessoas ligadas a movimentos sociais; feminismos e capoeira angola e duas a indivíduos sobre as suas experiências com a branquitude, sendo Schucman com os paulistas e Oliveira com estudantes de Psicologia e Ciências Sociais da UFBA. Apenas Capelasso realizou uma pesquisa sobre branquitude puramente teórica. As metodologias participativas foram as mais constantes, seja pela implicação racial na pesquisa a partir de uma experiência própria de discriminação, sendo judia, como Schucman, como pesquisadora “de dentro”, como Balaguer, ou sendo uma das entrevistadas, como Marcinik. Capelasso e Oliveira não se colocaram na pesquisa como parte dela.

A produção acadêmica psicológica, como produtora de subjetividades, problematiza uma das maiores questões de formação da sociedade brasileira que são as relações étnico-raciais. Um dos objetivos da pós-graduação é aprimorar a atuação profissional e provocar novas reflexões sobre o cotidiano e o campo social. A psicologia,

como reprodutora do racismo, por meio do entendimento do ser humano como um modelo universal na maioria de suas linhas teóricas, até mesmo por serem teorias importadas (Psicanálise, TCC - Teoria Cognitivo Comportamental, Gestalt, Junguiana, etc): branco, euroamericano, ocidental, classe média, cis e hétero, possui a capacidade de se repensar a partir da pluralidade de teorias não-hegemônicas. As práticas psicológicas antirracistas permitem novos olhares sobre as subjetividades, valorizando as diferenças e reconhecendo as desigualdades, principalmente raciais, na defesa de uma sociedade com equidade e democracia. Atualmente vemos surgir as psicologias pretas e indígenas, sob metodologias fundamentalmente pautadas em experiências brasileiras.

A contribuição da psicologia é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e para o estabelecimento do processo democrático, tanto no campo da prevenção, quanto no combate às práticas racistas do cotidiano profissional.

Algumas considerações

O presente trabalho se propôs a rever o passado brasileiro da psicologia e do termo branquitude visando assinalar as pessoas precursoras no tema, como se deu a evolução do conceito da branquitude no Brasil e como as psicólogas se apropriaram do conceito e o desenvolveram. O resgate de importantes teóricas nacionais e internacionais como Frantz Fanon, Aimé Cesaire, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, Virgínia Bicudo e Lélia Gonzalez, entre outras, visa assinalar a existência pregressa da episteme, quanto as atuais e permanentes autoras contemporâneas como a própria Lia Schucman e Lúcio Oliveira, precursores acadêmicos contemporâneos.

À psicologia, como campo de produção de subjetividades e socialização, compete estar atenta aos movimentos sociais, as interseccionalidades de classe, gênero, raça, sexualidade, capacitista e geracional, entre outros, visando a promoção do Bem Viver (ACOSTA, 2019).

O racismo é estrutural e estruturante, é um sistema social entranhado na cultura e nas instituições. Todos somos potenciais reprodutores dele. A branquitude brasileira sofre de uma “patologia social” de identificação com o colonizador/agressor. Alteridade é a capacidade de olhar o semelhante como diferente: pindorâmico, ameríndioafricano e acreditar na potência das pluriversidades. Os movimentos sociais e as novas epistemologias decoloniais podem se constituir como instrumentos potentes para o combate ao racismo como desconstrução permanente.

Lélia Gonzalez propõe um olhar amefricano, partindo dos conhecimentos de nós mesmos, enquanto americanos, oriundos de uma Améfrica Ladina. A pindorama, termo que Nego Bispo cunha para sugerir uma linguagem contracolonial, identifica a terra e

os moradores antes da chegada dos colonizadores. Aos saberes orgânicos, Bispo denomina aqueles dos povos contracoloniais, sempre forjando uma resistência ao saber sintético hegemônico do colonizador. O autor propõe o resgate dos saberes populares e ancestrais, por meio da biointeratividade, ao longo da vida, conhecimentos muitas vezes desqualificados pela academia anglo-eurocentrada, de conceitos e autores importados. Uma convivência diversificada e um ambiente diverso estimula a criatividade, contribuindo com o exercício da democracia.

A psicologia continua branca, estudando um ser humano único, universal, um currículo hegemônico, com autores homens brancos. Poucas psicólogas pesquisam relações étnico-raciais e contribuem para uma formação acadêmica plural e que reflita a realidade sócio-racial brasileira. O mito da democracia racial é perpetuado nos saberes psicológicos. O próprio sistema de conselhos se pronunciou tardiamente sobre o tema.

Como saber politicamente construído, a psicologia precisa atender às demandas locais e regionais com urgência, conectando-se às comunidades e movimentos sociais, trabalhando coletivamente. Os conhecimentos populares, tradicionais, muitas vezes são considerados leigos, por serem indígenas, femininos, negros, camponeses, ribeirinhos, etc. Pensar essas epistemologias fora dos espaços de subalternidade em relação aos conhecimentos hegemônicos; acadêmicos, científicos, adquiridos de povos estrangeiros é pensar pluriversalmente as psicologias possíveis: negras, africanas, ameríndias, indígenas, amefricanas, brancas, latinas, chicanas, orientais, indianas, pindorâmicas, etc. A compreensão de que viver em uma sociedade mais justa e democrática é um benefício coletivo para o bem-viver é fundamental. Lutar por reparação histórica por meio de políticas públicas tem demonstrado ser o caminho mais eficaz para reduzir as desigualdades sócio-raciais e as psicólogas devem participar da elaboração dessas políticas públicas visando o bem-estar coletivo.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante, 2019.

BALAGUER, Gabriela. *Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano)*. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 24, n° 2, p. 247-273, out., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eaav/v24n2/a02v24n2.pdf>. Acesso em: 05/10/2020.

CAPELASSO, Monica Salci. *A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Psicologia)*. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018. 99 p. Disponível em: http://www.ppi.uem.br/arquivos-2019/PPI_2018%20Monica.pdf. Acesso em: 01/11/2020.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n° 39, p.517-596, set./dez., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>. Acesso em: 02/02/2021.

ESPINHA, Tatiana Gomez. *A Temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos políticos-pedagógicos: silêncio e ocultação. Tese (Doutorado em Educação)*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. 233 p. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_91230fc34dc56c52c03ca7af29071717. Acesso em: 01/11/2020.

NOGUEIRA, Simone Gibran e GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia Africana: Diálogos com o Sul Global. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. Porto Alegre, v. 1, n° 2, p. 197-218, jul./dez., 2016, Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/66828>. Acesso em: 02/03/2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, n° p. 257-272, ago., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)*. 276 f. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/10/2020.

GOMES, Irene e MARLI, Mônica. As cores da desigualdade. *Retratos. A Revista do IBGE*. Rio de Janeiro, n° 11, p. 14-18, mai.,2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 05/01/2021.

HADDAD, Sérgio. *A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB*. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1767/3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/10/2020.

HENRIQUES, Luciana Maciel. *Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 91 f.

MARCINIK, Georgia Grube. *Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 115 f.

MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 74, p. 107-123, mar., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

MENEZES, Celso Viana Bezerra de. Gilberto Freyre: E o mito se faz história. *Revista Mediações*. Londrina, v. 5, n° 2, p. 177-184, jul./dez., 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9187#:~:text=Este%20trabalho%20n%C3%A3o%20pretende%20fazer,primeiras%20d%C3%A9cadas%20do%20s%C3%A9culo%20XX>. Acesso em: 08/10/2020.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. *A Produção Acadêmica sobre a Imagem do Negro no Livro Didático: Estado do Conhecimento (2003-2013)*. Relatório Final. Rio de Janeiro: UFF/USP, 2014.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. *Educar em Revista*. Curitiba, v. 34, no. 69, p. 77-95, maio/jun., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-77.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. *A Produção Acadêmica sobre a Imagem do Negro no Livro Didático: Estado do Conhecimento (2003-2013)*. Anais do 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis, 2015.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o “estado do conhecimento” em relações étnico-raciais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n° 62, p. 164-183, dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00164.pdf>. Acesso em: 12/03/2019.

NOGUEIRA, Simone Gibran e GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia Africana: Diálogos com o Sul Global *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. Porto Alegre, v. 1, n° 2, p. 197-218, jul./dez., 2016, Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/66828>. Acesso em: 02/03/2019.

OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves. *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos. Dissertação (Mestrado em Psicologia)*. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. 345 p. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio_oliveira.pdf. Acesso em: 02/03/2019.

PIZA, Edith e ROSEMBERG, Fulvia. A cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

REGIS, Kátia. *Relações Etnicorraciais e Currículos Escolares*. São Luis: Edufma, 2012.

ROSA, Priscilla Teodosio. *Aspectos da branquitude e os atravessamentos da amabilidade artificial na mídia televisiva: o caso do RJ-móvel. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais)*. Centro Federal de Educação Tecnológico Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018. 167 p. Disponível em: http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/99_Priscilla%20Teodosio%20Rosa.pdf. Acesso em: 02/03/2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer, COSTA, Eliane Silvia e CARDOSO, Lourenço. Quando a Identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros*. Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 15-29, jul./out., 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social).*

Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 160 p. Disponível em:

[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigeida.pdf)

[154521/publico/schucman_corrigeida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigeida.pdf). Acesso em: 02/03/2019

SILVEIRA, Alesson Arantes; SILVA NETA, Ormesinda Candeira da; MONTE, Georgina Moita Vasconcelos; VASCONCELOS, Vanessa Lopes. *Do samba ao funk: Quando ritmo viram casos de polícia.* Anais do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão. Sobral, 2017.

SILVEIRA, Daniel. *População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE.*

24/11/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 19/02/2021.

SOVIK, Liv Rebecca. *Aqui ninguém é branco.* Rio de Janeiro: Aeroplano Editora E Consultoria, 2009.